

# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2018

1

Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941)	Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2018
	Altera o Código de Processo Penal para aperfeiçoar as regras sobre o processamento de embargos infringentes, embargos de declaração e <i>habeas corpus</i> e sobre os pedidos de vista nos tribunais, a fim de dar mais agilidade ao processo penal.
	<b>Art. 1º</b> O parágrafo único do <a href="#">art. 609 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 609. Os recursos, apelações e embargos serão julgados pelos Tribunais de Justiça, câmaras ou turmas criminais, de acordo com a competência estabelecida nas leis de organização judiciária.	“Art. 609. ....
Parágrafo único. Quando não for unânime a decisão de segunda instância, desfavorável ao réu, admitem-se embargos infringentes e de nulidade, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do <a href="#">art. 613</a> . Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto de divergência.	Parágrafo único. Quando na decisão de segunda instância houver voto vencido pela absolvição do réu, serão admitidos embargos infringentes, que poderão ser opostos dentro de 10 (dez) dias, a contar da publicação de acórdão, na forma do art. 613 deste Código.” (NR)
	<b>Art. 2º</b> O <a href="#">art. 620 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941</a> , passa a vigorar com a seguinte redação:
Art. 620. Os embargos de declaração serão deduzidos em requerimento de que constem os pontos em que o acórdão é ambíguo, obscuro, contraditório ou omissão.	“Art. 620. ....
§ 1º O requerimento será apresentado pelo relator e julgado, independentemente de revisão, na primeira sessão.	.....
§ 2º Se não preenchidas as condições enumeradas neste artigo, o relator indeferirá desde logo o requerimento.	
	§ 3º A decisão em face da qual já foram opostos embargos de declaração não poderá ser objeto de novos embargos.
	§ 4º Quando os embargos de declaração forem manifestamente protelatórios, o relator ou o tribunal condenará o embargante a pagar multa de 1 (um) a 1000 (mil) salários-mínimos.
	§ 5º Caso sejam opostos novos embargos protelatórios, no curso do mesmo processo, a multa será elevada em até 10 (dez) vezes.” (NR)
	<b>Art. 3º</b> O <a href="#">art. 650 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941</a> , passa a vigorar com o seguinte § 3º:
Art. 650. Competirá conhecer, originariamente, do pedido de <i>habeas corpus</i> :	“Art. 650. ....
.....	.....
§ 2º Não cabe o <i>habeas corpus</i> contra a prisão	



# Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2018

2

Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941)	Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2018
administrativa, atual ou iminente, dos responsáveis por dinheiro ou valor pertencente à Fazenda Pública, alcançados ou omissos em fazer o seu recolhimento nos prazos legais, salvo se o pedido for acompanhado de prova de quitação ou de depósito do alcance verificado, ou se a prisão exceder o prazo legal.	
	§ 3º Não se conhecerá do <i>habeas corpus</i> impetrado contra decisão do relator que, em <i>habeas corpus</i> requerido a outro tribunal, indefere a liminar.” (NR)
	<b>Art. 4º</b> O Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941, passa a vigorar com o seguinte art. 578-A:
Art. 578. O recurso será interposto por petição ou por termo nos autos, assinado pelo recorrente ou por seu representante.	
..... § 3º Interposto por termo o recurso, o escrivão, sob pena de suspensão por dez a trinta dias, fará conclusos os autos ao juiz, até o dia seguinte ao último do prazo.	
	“Art. 578-A. O desembargador ou ministro que não se considerar habilitado a proferir imediatamente seu voto poderá solicitar vista pelo prazo máximo de dez dias, após o qual o recurso será reincluído em pauta para julgamento na sessão seguinte à data da devolução.
	§ 1º Se os autos não forem devolvidos ou se não for solicitada a prorrogação de prazo de, no máximo, mais dez dias, o presidente do órgão os requisitará para julgamento na sessão ordinária subsequente, com publicação da pauta em que for incluído.
	§ 2º Requisitados os autos na forma do § 1º deste artigo, e não se sentindo o desembargador ou o ministro que solicitou vista habilitado a votar, o presidente convocará substituto para proferir voto, na forma estabelecida no regimento interno do respectivo tribunal.
	§ 3º O disposto no caput e nos §§ 1º e 2º deste artigo também se aplica aos julgamentos de competência originária dos tribunais.”
Art. 579. Salvo a hipótese de má-fé, a parte não será prejudicada pela interposição de um recurso por outro. .....	
	<b>Art. 5º</b> <u>Revogue-se o § 4º do art. 600 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941.</u>
Art. 600. Assinado o termo de apelação, o apelante e, depois dele, o apelado terão o prazo de oito dias cada um para oferecer razões, salvo nos processos	

## Quadro comparativo do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2018

3

Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941)	Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2018
de contravenção, em que o prazo será de três dias. ..... § 4º Se o apelante declarar, na petição ou no termo, ao interpor a apelação, que deseja arrazoar na superior instância serão os autos remetidos ao tribunal <i>ad quem</i> onde será aberta vista às partes, observados os prazos legais, notificadas as partes pela publicação oficial.	
	<b>Art. 6º</b> Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.